

PREFEITURA DE
**PEDRA
BRANCA**
ADMINISTRAÇÃO 2021/2024



PROCESSO ADMINISTRATIVO: 072/2023

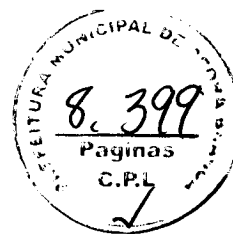
CONCORRÊNCIA PÚBLICA: 005/2023

JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



PEDRA BRANCA

PARECER DE RECURSO ADMINISTRATIVO



Concorrência Pública 005/2023-CP

Processo Licitatório 072/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS DOS BAIRROS SANTA ÚRSULA, BAIRRO BOM PRINCÍPIO, BAIRRO RISO DO PRADO, BAIRRO PADRE GERALDO, BAIRRO GALILEU, BAIRRO SANTA MARIA E DISTRITO DE SANTA CRUZ DO BANABUIU NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA - CE.

Empresa: SERFI CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE EIRELI - ME.

1. DOS FATOS

A empresa requerente foi inabilitada por não apresentar quantidade suficiente para aprovação no item 7.7.2 - CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

2. RECURSO

A empresa requerente solicitou a revisão pois realmente foi apresentado a mesma apresentou as CAT's N° 171034/2018 e 315027/2023, onde somados as quantidades somam um total de 15.740, 13 m de pavimentação em pedra tosca.

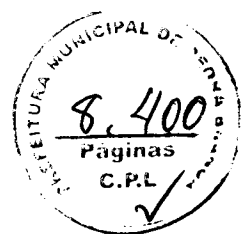
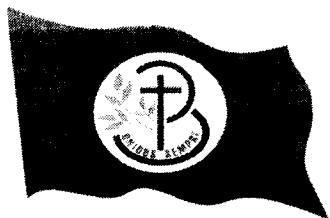
3. CONCLUSÃO

Diante dos fatos apresentados a fiscalização refitica seu parecer para HABILITAÇÃO da empresa.

03 de Abril de 2024

HEITOR VIEIRA LIMAVERDE
ENG. CIVIL
CRFA 55096

Heitor Vieria Limaverde
Eng. Civil - CREA 55096



JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: CONCORRÊNCIA PÚBLICA 005/2023

RECORRENTES: SERFI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE TRANSPORTE EIRELI-ME, ROMA CONSTRUTORA EIRELI-ME, CONSTRUSIGA – J E MARTINS DA SILVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS e JMS PAJEU CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

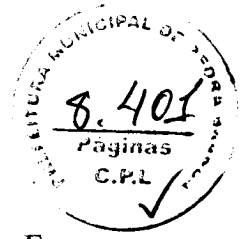
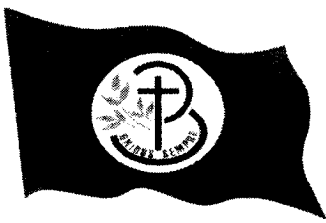
As Empresas **SERFI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE TRANSPORTE EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº 35.764.462/0001-60, **ROMA CONSTRUTORA EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº 21.725.552/0001-37, **CONSTRUSIGA – J E MARTINS DA SILVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ nº 42.305.921/0001-02, e **JMS PAJEU CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 45.791.193/0001-84, vêm propor Recurso Administrativo contra as decisões tomadas por esta Comissão em face do julgamento do processo licitatório Concorrência nº 005/2023.

1. DOS FATOS

A Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Pedra Branca/CE, lançou edital visando contratação para pavimentação em pedra tosca em diversas ruas dos Bairros Santa Úrsula, Bairro Bom Princípio, Bairro Riso do Prado, Bairro Padre Geraldo, Bairro Galileu, Bairro Santa Maria e Distrito de Santa Cruz do Banabuiú do referido município.

O edital fora publicado, e não houve nenhum questionamento acerca de suas cláusulas, exigências e condições. No prazo previsto, a Comissão de Licitação realizou a sessão inaugural, recebendo dos presentes, os envelopes documentos e propostas, procedendo com o rito da Lei nº 8.666/93.

Na oportunidade, foi concedido aos licitantes a oportunidade para analisar e avaliar os documentos de seus concorrentes. Posterior a isso, a Comissão julgou os



documentos de habilitação, tendo como norte as determinações do edital. Em seu julgamento, tornou público o resultado, deixando claro quem estava habilitado, ou seja, atendeu às exigências do edital, assim como aqueles que descumpriram as recomendações ali contidas. As decisões foram devidamente publicizadas na imprensa oficial, bem como no diário oficial do estado do Ceará e jornal de grande circulação estadual.

Concedido prazo para interposição de recursos administrativos, como determina o artigo 109, I, a da referida lei, as recorrentes, qualificadas no início, protocolaram junto à Comissão, sua peça, com a devida discordância da causa de sua inabilitação.

2. DAS QUESTÕES PREMILINARES

a) Admissibilidade dos Recursos

No presente caso, se observa a existência dos pressupostos de admissibilidade nos recursos interpostos pelas empresas recorrentes.

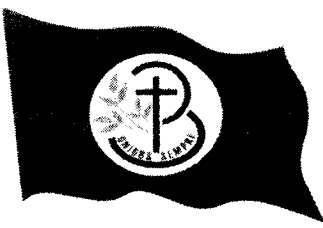
Portanto, posto que estão presentes os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), esta Comissão passará à análise do mérito que ora se apresenta.

3. BREVE SÍNTESE RECURSAL

a) *Dos recursos das empresas ROMA CONSTRUTORA EIRELI-ME, CONSTRUSIGA – J E MARTINS DA SILVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS e JMS PAJEU CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.*

Em breve síntese, as empresas recorrentes foram inabilitadas pelo descumprimento do item 7.6.5 do edital que versa acerca da prova de capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Argumentam as recorrentes que comprovaram corretamente seu capital social ou patrimônio líquido, nos termos que exigem o instrumento convocatório, acostando aos seus recursos que comprovem o alegado.



b) Do recurso da empresa *SERFI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE TRANSPORTE EIRELI-ME*

A recorrente foi inabilitada pelo descumprimento do item 7.7.2.1 do edital que trata da comprovação das parcelas de maior relevância (capacidade técnico-profissional).

Argui em sua peça que apresentou certidões de acervo técnico que comprovam feitura de serviço idêntico ao licitado em quantidade maior do que exige o instrumento convocatório e, por esta razão, deve ser declarada habilitada para o certame.

4. DO MÉRITO

É mister ressaltar, inicialmente, que nossos posicionamentos residem na percepção dos princípios basilares da Administração Pública, mais precisamente aos referentes à licitação, dentre eles o da legalidade e o da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no caput. do art. 3º, da Lei de Licitações.¹ Observa-se, desta forma, que ao mesmo tempo em que se busca a proposta mais vantajosa, vincula-se a administração na estrita observância a legalidade.

No caso em questão, as recorrentes ROMA CONSTRUTORA EIRELI-ME, CONSTRUSIGA – J E MARTINS DA SILVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS e JMS PAJEU CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. não descumpriram nenhum mandamento editalício.

Desta feita, percebe-se que o edital, no item 7.6.5, exige que seja comprovado patrimônio líquido equivalente a 10% do valor da contratação. As recorrentes apresentaram a devida comprovação.

Não obstante, a empresa *SERFI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE TRANSPORTE EIRELI-ME* apresentou CAT's que comprovam ter prestado,

¹ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifou-se)



anteriormente, serviço idêntico ao ora licitado e em quantidade superior ao que exige o edital deste certame. Nesta senda, não houve descumprimento de nenhuma exigência.

Cumpra-se destacar, portanto, que não há descumprimento das normas editalícias pelas recorrentes e, qualquer entendimento diverso caracterizaria afronta ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório que é a personificação da legalidade durante o curso do processo.

Este princípio possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; **grifamos**

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

A Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro a este tema, depõe que a Administração se encontra estritamente vinculada às suas próprias normas, o que a impede de proceder de forma diversa.²

² Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I). PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299



Quando a Administração estabelece, no edital, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital. É nesta toada a lição de José dos Santos Carvalho Filho:

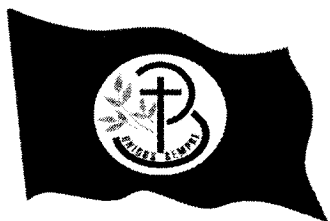
A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246

Logo, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o **julgamento das propostas seja o mais objetivo possível**,



nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato.

Na percepção abordada por Fernanda Marinela, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei. MARINELA DE SOUSA SANTOS, Fernanda. **Direito Administrativo**. Salvador: Juspodivm, 2006, p. 264

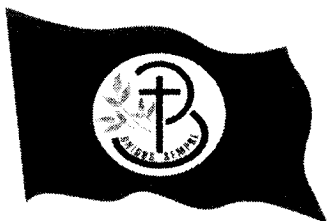
Em reforço a este entendimento, ensinam Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo:

A vinculação da Administração aos estritos termos do edital de convocação da licitação é exigência expressa do art. 41 da Lei nº 8.666/1993. Esse artigo veda à Administração o descumprimento das normas e condições do edital, “ao qual se acha estritamente vinculada”. ALEXANDRINO, Marcelo, e VICENTE, Paulo. **Direito Administrativo**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007, p. 410

Ademais, o Princípio da legalidade busca neste caso, demonstrar que o processo seja munido de ações dentro das permissivas situações de legalidade, tendo como objeto a própria Lei, os Princípios e a jurisprudência.

Ao revisarmos a documentação das empresas que interpuseram recurso, logo verificamos que as inabilitações em comento foram feitas de forma incorreta, posto que todas as empresas atendem ao que exige o instrumento convocatório, o que nos obriga a decidir por suas habilitações.

Diante da constatação aduzida, a Administração, a qual me investiu de forma legal para este Cargo, traz a possibilidade de uma autorrevisão. Não obstante, com essa possibilidade pelo **Princípio da Autotutela Administrativa**, resta claro e demonstrando que a busca pela proposta mais vantajosa recebe uma outra oportunidade, ficando evidente sua importância e supremacia.



A autotutela é dispositivo vivo que permite revisão com o escopo de apurar quaisquer ilegalidades, desde que efetivamente existam. Em matéria licitacional o art. 49 da lei 8.666/93, consagra o Princípio da Autotutela da Administração Pública licitadora sobre seus atos. Este artigo utiliza a expressão anular para afastar do ordenamento jurídico o ato ilegal. Por isso, mister uma breve menção do que seja a expressão anulação para o Direito Público e para o Direito Privado.

Ocorre que mesmo após tal revisão, nada verificou além de procedimentos munidos de legalidade, e que não encontram guarida para alterações subjetivas e não arrazoadas.

Portanto, após esta revisão, observo que a causa que inabilitou as empresas recorrentes não deve prosperar, uma vez que não se faz razoável e justa. Acrescentado a isto, a Administração tem franqueada a possibilidade de retificar seus próprios atos, desde que evitados de vício, o que como demonstrado, é o que ocorreu no caso em tela.

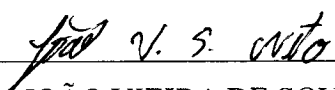
5. DA DECISÃO

Por todo exposto, **DEFERIMOS** os recursos administrativos interpostos pelas empresas recorrentes, modificando a decisão tomada pela Comissão na sessão pública de licitação, devendo todas a recorrentes serem tornadas habilitadas.

Não obstante, em razão do efeito extensivo do recurso administrativo, e considerando que a causa da inabilitação das empresas **WSL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ nº. 43.067.451/0001-59, e **CALDAS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº. 10.621.483/0001-03, foi a mesma que ocasionou a desclassificação de três recorrentes, **reforma a decisão que lhes tornou inabilitadas para este certame.**

É nossa revisão.

Pedra Branca/CE, 04 de abril de 2024.



JOÃO VIEIRA DE SOUZA NETO
Presidente da Comissão de Licitação